



08, 09, 10 e 11 de novembro de 2022
ISSN 2177-3866

Cronologia da conduta institucional do Estado no mercado da cachaça: análises à luz do institucionalismo histórico.

JULIANO SILVA COUGO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

VALÉRIA BRITO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

MOZAR JOSE DE BRITO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

Agradecimento à órgão de fomento:

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

CRONOLOGIA DA CONDUTA INSTITUCIONAL DO ESTADO NO MERCADO DA CACHAÇA: ANÁLISES À LUZ DO INSTITUCIONALISMO HISTÓRICO.

1 – INTRODUÇÃO

No decorrer da história brasileira, o campo da cachaça perpassou por diversos períodos emblemáticos. Desde os primórdios da formação social à atualidade, a bebida, entrelaçou-se aos interesses coloniais, serviu como incentivo para a conservação do sistema escravocrata, forneceu subsídios para o desenvolvimento econômico nacional, foi símbolo de resistência e de nacionalismo nos embates pela Independência, dividiu classes sociais, gerou conflitos políticos e caracterizou estereótipos (CASCUDO 2015; TRINDADE, 2006).

Em meio a tantas intercorrências, a bebida seguiu um curso complexo e multifacetado de relações com a conduta institucional do Estado, que, entre períodos e conjunturas diversas, impôs adversidades ao campo, bem como, por vezes, fomentou sua produção, legalização e comércio (ANDRADE et al., 2018; MORAIS et al., 2020). Assim, a bebida, que hoje é formalmente considerada um patrimônio histórico cultural brasileiro (BRASIL, 2001), também é atravessada, objetivo e simbolicamente, por experiências diversas de conflitos e conformidades com o Estado, imbricados principalmente por sua capacidade de coordenação social.

Tais fatores refletem em vários aspectos e desinquietantes pelo setor, como, por exemplo, as frequentes tentativas de construção e reconstrução da imagem da bebida, a organização de práticas produtivas e comerciais, a busca por representações nas instâncias governamentais, a prospecção de novos mercados, e, principalmente, a ruptura com o preconceito histórico a bebida pela sociedade (ANDRADE et al., 2018; PAIVA; BRITO, 2018; MORAIS et al., 2020; CALBINO; BRITO; BRITO, 2021).

Em vista a heterogeneidade dos conflitos defrontados pelo setor, que se configuram como reflexos diretos e indiretos de sua relação com o Estado, torna-se pertinente entender essa problemática com ênfase em suas raízes históricas. Nesse sentido, este trabalho tem o objetivo de apresentar e discutir a história da conduta institucional do Estado no mercado da cachaça, perpassando por seus momentos de inflexões e suas repercussões na atualidade.

Utilizando de fontes documentais, e entrevistas com agentes do mercado e do Estado brasileiro, a pesquisa sustenta suas análises a partir do constructo teórico do institucionalismo histórico, por ser um referencial capaz de explicar como comportamentos institucionais são estabelecidos a partir de ocorrências e desencadeamentos contextuais do passado (PETERS; PIERRE; KING, 2005; STEINMO, 2008). A abordagem permite a compreensão de arranjos complexos porque esclarece configurações institucionais com ênfase em suas origens e ambiguidades no tempo e no espaço em que ocorrem (SUDDABY; FOSTER; MILLS, 2013), o que também permite localizar movimentos de agência sobre o fenômeno abordado (EMMENEGGER, 2021).

A pesquisa fornece uma compreensão histórica e contextualizada do setor da cachaça, com foco em sua construção, conflitos, e imprecisões vis-à-vis sua conexão com o Estado brasileiro, o que oferece subsídios e direcionamentos para o estabelecimento de políticas públicas e organizacionais para ambos os polos da relação.

O trabalho está dividido em 5 seções distintas, sendo esta a primeira delas. Seguidamente, é apresentado e discutido o institucionalismo histórico com foco em suas propriedades e possibilidades analíticas. Na terceira seção, os procedimentos metodológicos são explicados. A quarta seção dispõem-se a apresentar os resultados do estudo sob o enfoque teórico estabelecido. Por fim, são tecidas as considerações finais.

2 – REFERENCIAL TEÓRICO - INSTITUCIONALISMO HISTÓRICO: PRESSUPOSTOS E POSSIBILIDADES ANALÍTICAS.

O institucionalismo histórico parte da premissa epistemológica de que a realidade é socialmente interpretada e passível de influências de diversos campos (BERGER; LUCKMANN, 2004). Nessa perspectiva, amplamente, as instituições são compreendidas como conjuntos de regras formais e informais que direcionam os comportamentos de agentes (STEINMO, 2008; HALL; TAYLOR, 1996). Mais especificamente, considera-se como instituições, normas, convenções, estruturas constitucionais, e demais movimentos formais ou informais capazes de coordenar a ordem cotidiana em âmbitos políticos, econômicos ou sociais (HALL; TAYLOR, 1996).

Diferentemente de outras perspectivas institucionais, como a sociológica e a econômica, o institucionalismo histórico preocupa-se em explicar porque e como as instituições são resultados de ocorrências passadas (PETERS; PIERRE; KING, 2005; STEINMO, 2008; STREECK; THELEN, 2005). A vertente histórica busca dar ênfase as origens endógenas sobre as preferências dos agentes na formação e manutenção das instituições (SUDDABY; FOSTER; MILLS, 2013). Nesse sentido, o enfoque histórico proporciona uma descrição mais estrutural do que o institucionalismo econômico, sob o fundamento de que indivíduos fazem escolhas puramente racionais ao tentar maximizar benefícios e diminuir custos (FIORETOS; FALLETI; SHEINGATE, 2016; HALL; TAYLOR, 1996); e menos comportamentalista que o institucionalismo sociológico, que ampara-se na perspectiva de que as ações dos agentes são direcionadas, em predominância, por tendências e práticas sociais consolidadas (SELZNICK, 1996; DURAND; THORNTON, 2018; HAVEMAN; GUALTIERI, 2017). Portanto, o institucionalismo histórico ocupa um escopo de análise intermediário às outras duas compressões institucionais: os seres humanos seguem regras e normas sociais, ao passo que também são racionais e estratégicos, dependendo dos recursos de que dispõem, das prescrições estabelecidas no campo, e da conjuntura em que se encontram (STEINMO, 2008).

Com raízes na Ciência Política, tradicionalmente, os institucionalistas históricos concentram-se seus estudos em análises sobre instituições concebidas e praticadas por entidades “oficiais” (STREECK; THELEN, 2005; TSAI, 2014; FIORETOS; FALLETI; SHEINGATE, 2016). Isto é, o constructo tem sido expressivamente aplicado à estudos voltados a entender movimentos institucionais vinculados às estruturas, grupos ou organizações consolidadas na sociedade. Como, por exemplo, estados (CHRISTIANSEN; VERDUN, 2020; AAMODT, 2018) mercados (FARRELL; NEWMAN, 2010; BELL, 2017) e sistemas de governança (MATHEWSON, 2018).

Nesse sentido, conforme sugere Tsai (2014), a ênfase dada pelos institucionalistas históricos em movimentos advindos de instituições formais, bem como a própria premissa da teoria em estudos longitudinais, talvez sejam alguns dos principais motivos pelos quais o institucionalismo histórico foi apontado como um constructo voltado às análises e discussões estruturais. Assim, os estudiosos da área tenderam a realçar explicações sobre como as estruturas moldam as ações dos agentes, em detrimento de movimentos contrários (EMMENEGGER, 2021; PETERS; PIERRE; KING, 2005).

No cerne desta discussão, torna-se importante ressaltar que, embora a tendência a compreensões de instituições originárias de entidades oficiais seja facilmente rastreada na literatura, o institucionalismo histórico também compreende que cursos de alterações institucionais podem ocorrer a partir de movimentos surdidos de categorias diversas (EMMENEGGER, 2021). Sobretudo, por meio de grupos e organizações formais ou informais dotadas de capacidade de agência (STEINMO, 2008; TSAI, 2014; EMMENEGGER, 2021). Além disto, campos com níveis baixos de institucionalização

podem, muitas vezes, serem propícios a mudanças, porque as normas dispostas no ambiente ainda não estão fortemente consolidadas pelos agentes (CAPOCCIA, 2015).

Conforme argumentam Suddaby, Foster e Mills (2013), outras correntes do institucionalismo tenderam a ofuscar o potencial explicativo do institucionalismo histórico sobre mudanças institucionais. Em busca de considerações generalizáveis, os institucionalistas tenderam a tratar a história como conjuntos de fenômenos objetivos e mensuráveis, tornando a análise de fatos essencialista. Nessa lógica, perde-se grande parte da complexidade e contextualização das ocorrências, fazendo-as parecer que são relativamente consistentes ao longo do tempo e do espaço, reforçando o status inalterável das instituições (SUDDABY; FOSTER; MILLS, 2013).

Contudo, evidencia-se na literatura trabalhos seminais que firmam, contundentemente, o potencial explicativo da teoria para discutir movimentos de agência. Nesse sentido, Capoccia e Kelemen (2007), examinaram como conjunturas críticas podem ser descritas como momentos propícios para o desenvolvimento de ações de agência. Conforme os autores, contextos críticos reduzem níveis de certeza sobre normas e regras, diminuindo a expressão das instituições, e levando indivíduos a agir estrategicamente (CAPOCCIA; KELEMEN, 2007). Na mesma direção, Streeck e Thelen (2005) identificaram padrões de mudanças institucionais a partir da exploração de formas pelas instituições políticas se alteram e se adaptam no decorrer de mudanças sociais. O trabalho aponta que alterações institucionais podem acontecer por meio de: deslocamento, quando há a introdução ou a substituições de instituições efetivas; camadas, em que a mudança ocorre gradualmente conforme surgem novas normas; derivação, quando os mecanismos políticos não são suficientes para manter o curso cotidiano, e as condições ambientais fornecem novas perspectivas; conversão, que refere-se à reavaliação por agentes sobre as instituições em seus pilares fundamentais e; exaustão, que trata do esgotamento natural do poder institucional (STREECK; THELEN, 2005).

Esses exemplos demonstram que, embora pareça haver descrições confusas a nível conceitual, em pesquisas empíricas, a agência sempre ocupou a centralidade dentro do institucionalismo histórico. Principalmente, quando se tem em vista a função evidente de grupos de interesses que criam, operam e/ou alteram instituições (EMMENEGGER, 2021).

Por fim, cabe ressaltar que o institucionalismo histórico oferece ferramentas contundentes de análises, que se diferenciam de outras abordagens focadas na história. Isto porque o constructo tende a localizar e particularizar instituições em contextos próprios de tempo e espaço, evidenciando complexidades em conjunturas específicas, ao passo que também tende a se basear mais em fenômenos empíricos do que em lacunas teóricas (SUDDABY; FOSTER; MILLS, 2013). Portanto, a teoria é capaz de oferecer descrições realísticas das instituições, dos movimentos de agência, e das dinâmicas entre ambos, dando ênfase a aspectos como inconsistências, assimetrias de poder e dependência de fenômenos passados (SUDDABY; FOSTER; MILLS, 2013; STEINMO, 2008; FIORETOS; FALLETI; SHEINGATE, 2016).

3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A natureza desta pesquisa é qualitativa e descritiva. Entende-se que os propósitos da pesquisa qualitativa se correlacionam à lente teórica deste trabalho. Conforme Berger e Luckmann (2004), a construção das instituições partem, substancialmente, da relação dialética entre o indivíduo e o universo coletivo, o que permite a elaboração de padrões de comportamento, normas, culturas e símbolos, que são utilizados como referências nas percepções de mundo e nas relações que ocorrem em torno da conjuntura do ambiente analisado (BERGER; LUCKMANN, 2004).

A coleta de dados foi realizada das seguintes formas:

a) **fontes documentais.** Tais como: pesquisas acadêmicas e de mercado; leis, decretos, portarias e documentos oficiais do Estado; notas e documentos (com e sem efeitos jurídicos) de entidades representativas do setor da cachaça; publicações de jornais e revistas de grande circulação no contexto nacional; cartilhas informativas, relatórios, levantamentos e/ou diagnósticos advindos de organizações públicas e privadas pertinentes ao setor da cachaça; e imagens, documentos infográficos e materiais gráficos diversos. O processo de recolhimento de dados documentais, ocorreu entre julho de 2017 à junho de 2021;

b) **entrevistas semiestruturadas com produtores artesanais de cachaça.** Realizou-se 20 entrevistas com produtores de cachaça na micro região de Lavras-MG em 14 organizações produtoras. A delimitação justifica-se pela localização da universidade promotora da pesquisa: Universidade Federal de Lavras-MG (UFLA-MG), onde se encontra o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gestão como Prática (NEGEP), em que uma das principais frentes de estudo é o mercado da cachaça. Delimitou-se estabelecimentos localizados na cidade ou em um raio de até 80 quilômetros da universidade. Para a confecção dos roteiros utilizados, um dos pesquisadores participou de um dos eventos mais reconhecidos no setor: o Expocachaça (2019). Entre os dias 06 a 09 de junho de 2019, o pesquisador participou de *workshops* e palestras, visitou vitrines de marcas, e conversou com produtores, gestores e representantes do campo;

c) **entrevistas semiestruturadas com representantes do Estado;** na impossibilidade de se contatar todos agentes estatais que se conectam ao setor da cachaça, foi solicitado aos produtores que informassem as entidades estatais mais pertinentes no campo organizacional. Seguindo as indicações, realizou-se entrevistas com um servidor do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), e com um servidor do Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), órgãos regulamentadores e fiscalizadores do setor em Minas Gerais;

d) **entrevistas semiestruturadas com agentes representativos do setor nas esferas políticas.** Realizou-se uma entrevista com um gestor da Associação Nacional de Produtores e Integrantes da Cadeia Produtiva da Cachaça de Alambique (ANPAQ) e com um gestor do Sindicato das Indústrias de Cerveja e Bebidas em Geral do Estado de Minas Gerais (SINDBEBIDAS). As organizações foram indicadas pelos produtores como entidades representativas e promotoras de políticas para o setor. Os roteiros utilizados para as entrevistas com estes últimos quatro agentes foram construídos a partir de insights partidos durante o contato com os produtores. Ao todo, foram realizadas 24 entrevistas.

Tabela 1 – Relação dos participantes da pesquisa

ORGANIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	PARTICIPANTES	FUNÇÃO
Estabelecimento 1	Lavras-MG	1	Produtor
Estabelecimento 2	Varginha-MG	2	Produtor
Estabelecimento 3	Perdões-MG	3	Produtor
		4	Produtor
Estabelecimento 4	Lavras-MG	5	Produtor
Estabelecimento 5	Três Pontas-MG	6	Produtor
		7	Produtor
		8	Produtor
Estabelecimento 6	Três Pontas-MG	9	Produtor
		10	Produtor
Estabelecimento 7	Itumirim - MG	11	Produtor
Estabelecimento 8	Lavras-MG	12	Produtor
Estabelecimento 9	Perdões-MG	13	Produtor
Estabelecimento 10	Itumirim - MG	14	Produtor
Estabelecimento 11	Varginha-MG	15	Produtor

Estabelecimento 12	Ijaci - MG	16	Produtor
		17	Produtor
Estabelecimento 13	Ribeirão Vermelho-MG	18	Produtor
		19	Produtor
Estabelecimento 14	Carmo da Cachoeira-MG	20	Produtor
IMA	Três Pontas-MG	21	Servidor público
MAPA	Lavras-MG	22	Servidor Público
ANPAQ	Belo Horizonte - MG	23	Gestor
SINDBEBIDAS	Belo Horizonte - MG	24	Gestor

Fonte: elaborado pelos autores.

As entrevistas foram gravadas com o devido consentimento dos participantes e, posteriormente, transcritas em totalidade. As informações foram submetidas à análise de conteúdo segundo Bardin (2011). Neste modelo, a análise ocorreu, primeiramente, pela apreciação e categorização dos dados. Em um segundo momento, os dados foram explorados em profundidade e codificados de acordo com suas similaridades. Por fim, com o conteúdo já codificado foi explorado e interpretado em profundidade (BARDIN, 2011).

4 – RESULTADOS

Considerando o panorama histórico da cachaça no Brasil, desde a chegada dos portugueses até a atualidade, é possível inferir que a conduta institucional do Estado brasileiro, amplamente, divide-se em três macro períodos, que correspondem a comportamentos institucionais diferentes. Os períodos serão discutidos a seguir.

4.1 – Conquista do Brasil pelos portugueses à independência brasileira (1500 – meados de 1820).

Não há uma data consensual acerca da produção de aguardente pelos historiadores. Uma das versões bem aceitas, é de que a bebida surgiu em meados da década de 1530, com o advento do ciclo da cana-de-açúcar no Brasil (CASCUDO, 2014; SCHOENINGER; COELHO; SILOCHI, 2014).

Rapidamente, a produção de cachaça se tornou uma atividade econômica, justificando o transplante acelerado do cultivo da cana-de-açúcar no Brasil (BARBOSA, 2014). Ainda na inexistência da exploração de minérios, não demorou para que os portugueses construíssem extensas plantações, e diversos engenhos no território brasileiro (TRINDADE, 2006; DIAS, 2014).

Os portugueses já dominavam a técnica da destilação, principalmente pela produção da bagaceira, o que ofereceu subsídios para a produção de cachaça (BRAGA; KIYOTANI, 2015). Esta ocorreu, inicialmente, em pequenos engenhos, e seu consumo foi, predominantemente, vinculado às camadas mais pobres da população (SOUZA, 2004; OLIVEIRA; MARTINS, 2010; TAVARES; DANTAS; NÓBREGA, 2015). A bebida atendia ao paladar de escravizados, descendentes de brancos com negros, e todo a parte da sociedade de “baixa pecúnia” (CASCUDO, 2015).

Ainda nas primeiras produções rudimentares, os escravizados eram os manuseadores do engenho. Tão logo, a cachaça se tornou moeda de troca para o tráfico negreiro, o que inseriu o produto no circuito econômico mundial, possibilitando também ligações entre proprietários de engenhos e agentes do comércio externo (SOUZA, 2004). Por sua dispensa de sofisticação, a cachaça fazia parte da dieta diária dos negros, para que suportassem as extensas e sofridas viagens em cativeiro pelos navios negreiros (BARBOSA, 2014; CASCUDO, 2015).

Neste ínterim, a bebida ganhou forte expressão nos países africanos. Fato resultante, principalmente, pelas tentativas de Portugal em superar o comércio de bebidas da Espanha (TRINDADE, 2006; FIGUEIREDO, 2011). Entretanto, a apreciação da bebida pela África, levou suas populações a substituir o vinho e a bagaceira portuguesa, contrariando Portugal (FIGUEIREDO, 2011; TAVARES; DANTAS; NÓBREGA, 2015). Tais ocorrências também indicavam que as colônias portuguesas estavam ganhando forças econômicas, o que poderia prejudicar as relações comerciais da Coroa (FIGUEIREDO, 2011; MORAIS et al., 2020).

Esses fatores levaram ao Estado brasileiro a assumir uma conduta institucional marcada pelo preconceito e negação à cachaça. Embora Portugal obtivesse ganhos com a comercialização da bebida (SOUSA, 2019), havia demanda de mão de obra para atividades economicamente mais significativas. Não obstante, o mercado de vinho português sofreu consequências severas pela predileção da aguardente, o que fez diminuir sua exportação (PAIVA et al., 2018; MORAIS et al., 2020).

Em face ao problema, a solução arquitetada pela Coroa ocorreu por meio da Carta Real de 13 de setembro de 1649, que proibiu a fabricação da aguardente no Brasil (CASCUDO, 2015). Contudo, a determinação resultou em extremo insucesso prático. A bebida já estava disseminada na sociedade brasileira, e sua fabricação seguiu consistente, ainda que de forma clandestina (BARBOSA, 2014).

Em 1661, o Rei D. Afonso VI suprimiu a proibição e passou a desenvolver políticas expressivas de taxaço na exportação da bebida (CASCUDO, 2015). Todavia, as novas diretrizes não conseguiram abafar as revoltas populares pela comercialização, principalmente, nos estados do Rio de Janeiro e em Minas Gerais (TAVARES; DANTAS; NÓBREGA, 2015). Talvez o movimento mais significativo delas tenha sido a Revolta da Cachaça (1660 a 1661), ocorrida no Rio de Janeiro com o intuito de protestar contra os atos fiscais portugueses (BARBOSA, 2014).

Já em meados de 1700, a popularidade da cachaça crescia na mesma medida em que aumentava a rejeição ao colonialismo (ANDRADE et al., 2018). Apesar de algumas tréguas, Portugal seguia aplicando proibições ou taxaço excessiva aos produtores. Exemplos históricos nesse período foram as tentativas de regulamentação do comércio em 1720, em que quinhentos homens foram arregimentados para conter as revoltas populares (TRINDADE, 2006), e a proibição da produção na Capitania da Bahia, em 1748, que gerou graves atritos entre a população e o governo (SOUZA, 2004).

Ao fim do século XVIII, o comércio de escravizados estava acelerado, estimulando a venda da cachaça (CASCUDO, 2015). O movimento acompanhou a diminuição do consumo de açúcar nos países europeus e o advento do ciclo-do-ouro, com as descobertas das fontes de minérios em Minas Gerais (TRINDADE, 2006). Houve um deslocamento do foco econômico do litoral, onde a produção do açúcar era proeminente, para o interior, onde se iniciava a exploração do ouro (TAVARES; DANTAS; NÓBREGA, 2015). Entretanto, não houve decréscimos na economia oriunda da cachaça. Pelo contrário, em meio a transição, a cachaça serviu como moeda de troca para a alimentação da colônia, e gerou mais lucro por meio dos navios negreiros, que embarcavam carregados de cachaça para serem comercializadas na África (TAVARES; DANTAS; NÓBREGA, 2015).

A cachaça esteve envolvida aos movimentos de luta pela independência. Frente às políticas fiscais esmagadoras, neste e em outros setores, os atos decolonialistas ganhavam mais adeptos. Em 1789, em plena Inconfidência Mineira, intelectuais e militares valorizavam a cachaça como um produto representativo, em negação ao consumo de produtos portugueses (CAVALCANTE, 2011).

Contrários à posição do Estado, os movimentos de valorização da cachaça transcendiam o aspecto financeiro. O produto era reconhecido como símbolo de resistência nacional. Percebia-se o consumo de cachaça, em detrimento do vinho

português, como uma ação de autoafirmação nacionalista, em face aos atos de independência que seguiam inflamados (TRINDADE, 2006).

Ao fim do período, em face à resistência e perseverança dos consumidores, produtores e dos agentes de mercado, a Coroa Portuguesa, já com o idealismo colonial desgastado, consagrou a cachaça como um dos produtos principais da economia brasileira (CAVALCANTE, 2011).

Em resumo, como discutido, a conduta do Estado brasileiro neste primeiro macro período é marcado pela hostilidade ao mercado, materializada, principalmente, pelos expressivos embargos econômicos e de produção impostos pela Coroa. Fatores estes que, quando observados em um longo panorama, tendem a caracterizar um comportamento institucional rígido (SUDDABY; FOSTER; MILLS, 2013) das estruturas do Estado.

Conduto, observa-se também movimentos de agência voltados a incentivar a aceitação da bebida em seus valores simbólicos e mercadológicos. Os movimentos são, em predominância, realizados gradualmente, até que a conduta institucional do Estado alcança a exaustão (STREECK; THELEN, 2005). Para além desta afirmação, confirmando os apontamentos de Emmenegger (2021), observa-se que, apesar dos movimentos de agência terem se conectado às ações independencialistas, não havia, efetivamente, nenhuma organização formal destinada a frente das mudanças institucionais.

4.2 – Independência à redemocratização do Estado (1822 – ao fim da década de 1980).

A partir de 1822, as revoltas populares começaram a se acalmar devido à Proclamação da Independência, em que, por sinal, a cachaça foi utilizada para brindar a comemoração do ato. Contudo, nas decorrentes décadas, seu consumo passou a ser visto como um hábito marginalizado, conflitante com os “bons costumes” da época (ANDRADE et al., 2018).

Conforme Barbosa (2014), beber e, sobretudo, embriagar-se com cachaça, não era “bem visto” pelos códigos de etiquetas das elites. A cachaça passou a relacionar-se aos hábitos dos “rudes e destemperados”, alheios à ordem social. O autor expressa, em tom literário, as interpretações do imaginário da elite ao consumo de cachaça, principalmente pela imagem do “cachaceiro”, no decorrer da história brasileira:

“o homem civilizado vive preso à ideia paranoica de controle e repressão dos instintos mais humanos, e a embriaguez propicia justamente o contrário por lançar, quem nela se abraça, a estados avessos ao controle e a padrões normais ou de pretensa civilidade. O controle sobre o consumo da cachaça revela essa preocupação civilizatória, focalizada no divórcio entre os estados lúcido e embriagado, entre água e cachaça, entre, enfim, o sóbrio, educado e civilizado, e o bêbado, preso aos prazeres, impulsos e devaneios” (BARBOSA, 2014 p. 34,35).

Como relata Camargo (2009, p. 32), em São Paulo - SP, não demorou a surgir conflitos e “intolerância em relação às tabernas e botequins e mesmo ao cheiro e ao gosto da aguardente, assim como a um conjunto de atitudes associadas aos meios populares, como o “beber até cair”. Souza (2009), também acentua os atos de supressão aos quiosques na cidade do Rio de Janeiro - RJ, por conta da perspectiva da elite sobre o comportamento dos frequentadores desses estabelecimentos.

Esses e outros fatores vieram a contribuir para a reconstrução da imagem negativa sobre a cachaça, muitas vezes, ligada aos costumes marginais e fora dos padrões de comportamento (CAMARGO, 2009; BARBOSA, 2014; OLIVEIRA; MARTINS, 2010;

CASCUDO, 2015). Esses apontamentos, mais do que qualquer outra evidência, demonstram aspectos destoantes entre classes econômicas antagônicas. No entanto, cabe considerar que, apesar dos estereótipos ligados às classes mais baixas, pessoas das classes médias e altas também consumiam a bebida, embora fosse de forma mais comedida, ou não admitida pelos mesmos (TAVARES; DANTAS; NÓBREGA, 2015).

Talvez, um dos acontecimentos mais simbólicos dispostos a desfazer a imagem negativa associada à cachaça tenha ocorrido na Semana da Arte Moderna, em 1922, que ressaltou o valor da bebida no País (GONÇALVES; GRAVATÁ, 1991). O evento foi uma ocorrência precursora para o desenvolvimento de uma nova perspectiva popular sobre a cachaça, bem como um ato de valorização da cultura nacional (BARBOSA, 2014). Diversas figuras de prestígio popular, como Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade, Sobral Pinto, e Juscelino Kubitschek, manifestaram em seus discursos a importância econômica, histórica e cultural da bebida no Brasil (ANDRADE et al., 2018).

Nesse ínterim, embora evidencie-se movimentos para a recriação da imagem da cachaça pelo Estado, observa-se que tais atividades foram incipientes para dissipar os conflitos já enraizados. Como um exemplo, a edição de um dos informativos mais relevantes no campo, o jornal “Cachaça com Notícias” (2018), trouxe em sua manchete o questionamento: “ainda temos preconceito com a cachaça?”. A edição discute aspectos que retomam as circunstâncias do desacolhimento histórico da bebida pelo Estado. Destaca-se a ilustração da capa do informativo, composto por pessoas negras em uma zona de moagem de cana rudimentar, remetendo aos tempos de escravidão.

Imagem 1 - Jornal Cachaça com Notícias nº 57.



Fonte: página virtual da ANPAQ (www.anpaq.com.br)

A cicatriz histórica da cachaça, tipicamente voltada para o sujeito “malandro” e “indolente”, permanece como um elemento significativo de referências passadas pelos produtores. Como tal, é facilmente percebida nos discursos dos produtores quando externalizam a realidade simbólica à luz desta questão. Os produtores elucidam com bastante clareza o estigma da bebida no passado.

“[...]antes era vista como uma bebida pra classe C, D, E. [...] Era coisa de pinguço, de cachaceiro... [...] antes, tinha uma imagem muito feia. Mesmo que o cara tivesse terno, se ele bebia, ele era cachaceiro” (entrevistado 13).

As constatações legitimam a imagem negativa da cachaça, que se estabelece como uma problemática histórica para os produtores, levando-os, a compartilharem reflexões atribuídas às adversidades sociais e comerciais em relação ao produto. Considerando o período, também se percebe um hiato de atividades efetivas e dispostas a mudar os contornos institucionais conflituosos pelo Estado, como políticas públicas voltadas ao incentivo da produção e comercialização da bebida.

“O Estado não ajudava. Era uma luta difícil demais! Foram pessoas mesmo. Algumas lideranças, que estão aí até hoje. Que já deram muito murro em ponta de faca [...]” (entrevistado 15).

Entre os protestos e negligências, é possível encontrar vestígios de que o campo da cachaça, eventualmente, flertava com o Estado, em questões políticas e/ou governamentais, ainda que extrovertidamente. Conforme Coutinho (2011), rótulos de cachaça, por vezes, revelam traços de uma época na sociedade. Nesse sentido, há indícios de que o campo da cachaça, sutilmente, buscava reestabelecer o produto como um símbolo nacionalista, ainda que o Estado se mantivesse omissivo oupositor. Como elementos simples, imagens apresentam ações subjetivas pertencentes aos hábitos, valores e crenças da sociedade, organizada pelo Estado. Nesse sentido, ressalta-se que a conduta deste último também é refletida por aspectos subjetivos da sociedade (FRIEDLAND; ALFORD, 1991).

Imagem 2: rótulos históricos de cachaça



Fonte: Mapa da Cachaça (www.mapadacachaca.com.br)

Ainda sobre este período, destaca-se que o descaso do Estado com o setor oportunizou brechas para que inúmeras organizações produtivas fossem criadas de formas clandestinas. O expressivo volume desses estabelecimentos, bem como suas práticas de produção não regulamentadas fortaleceu ainda mais os entraves entre o Estado e o setor (MORAIS et al., 2021).

À luz do institucionalismo histórico, observa-se que ações de mudanças institucionais, pelos agentes do campo da cachaça, estiveram pouco expressivas no

período, importunadas, principalmente, pelos resultados de ocorrências passadas (STEINMO, 2008; STREECK; THELEN, 2005). Contudo, a ausência simbólica do Estado no campo, proporcionou que os níveis de institucionalização fossem reduzidos, oportunizando o avolumamento entre os estabelecimentos produtores (MORAIS et al, 2021), bem como a criação de mecanismos de mudanças (CAPOCCIA, 2015), conforme será discutido na seção seguinte.

4.3 – Do fim da década de 1980 à atualidade.

Ao fim do século XX, a produção de cachaça começou a contar com esforços advindos de organizações públicas e privadas, que estabeleceram programas de desenvolvimento, legislações, notas de reconhecimento, e demais estratégias para o progresso no setor (ANDRADE et al., 2018; VIDAL; GONÇALVES, 2008). Esses movimentos começaram a se desenvolver a partir do momento em que a cachaça adquiriu maior demanda no mercado externo (VIDAL; GONÇALVES, 2008).

Destas ações, destacam-se: a Lei Estadual 10853/1992, que criou o Programa Mineiro de Incentivo à Produção de Aguardentes (PRÓ-CACHAÇA) no âmbito do estado de Minas Gerais. Dentre suas determinações, a Lei sugere ao Executivo estadual incentivar à produção, comercialização e exportação da cachaça, bem como desenvolver ações de apoio ao desenvolvimento tecnológico e a melhoria da qualidade e da imagem da aguardente mineira (MINAS GERAIS, 1992);

O Decreto Federal 4062/2001, que restringe o uso do termo “cachaça” para caracterizar a bebida produzida no Brasil para todos os efeitos de comércio nacional e internacional, e que atenda às normas de fabricação especificadas pela Lei nº 8918/94 e o Decreto Federal nº 2314/97. Ambos os documentos legais dispõem sobre a padronização, classificação, registro, inspeção, produção e a fiscalização de bebidas brasileiras (BRASIL, 2001). Tais atividades, além das definições deliberativas e regulamentares, também expressaram formalmente a cachaça como um produto de valor nacional (DIAS, 2013; ANDRADE et al., 2018). Exemplos materiais dessa afirmação constam nas garrafas de alguns fabricantes, que evidenciam o termo “Cachaça do Brasil” em suas embalagens;

A criação da Associação Mineira de Produtores de Cachaça de Qualidade (AMPAQ-MG), em 1998, que, em 2016, foi renomeada como Associação Nacional dos Produtores e Integrantes da Cadeia Produtiva e de Valor da Cachaça de Alambique (ANPAQ), devido a aspiração em abranger o território nacional, incluindo todo o quadro da cadeia produtiva da cachaça. Dentre seus objetivos, destacam-se o apoio à projetos de leis que atendam ao desenvolvimento do setor (ANPAQ, 2022).

O Programa Nacional de Certificação de Cachaça (PNCC), criado em 2005, por parceria entre o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (atualmente denominado como Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) (INMETRO) e o MAPA. O programa surgiu com o intuito de destacar as bebidas que seguem os padrões técnicos, legais e ambientais dispostos pela legislação brasileira, de forma a agregar valor às marcas, aumentar o potencial de competitividade, e sancionar produtores destoantes (OLIVEIRA; MARTINS, 2010);

O apoio de outras organizações paralelas ao Estado como, por exemplo: o Sindicato das Indústrias de Cerveja e Bebidas em Geral do Estado de Minas Gerais (SINDBEBIDAS); a Associação Paulista de Produtores de Cachaça de Alambique (APPCA); a Associação dos Produtores de Cana-de-açúcar e seus Derivados do Estado do Rio Grande do Sul (APRODECANA), e a Associação Pernambucana dos Produtores de Aguardente de Cana e Rapadura (APAR). Tais organizações, vêm, desde então, desenvolvendo ações para o fortalecimento da produção e o comércio do setor. Além

disto, algumas delas participam de canais de departamentos ligados ao Estado, levando as demandas do campo para as esferas governamentais.

Sobre estas últimas, nas palavras do representante da ANPAQ, a organização “participa ativamente da Câmara Técnica da Cachaça de Alambique do Conselho Estadual de Política Agrícola (CEPA) da SEAPA (Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento), sendo, inclusive, a coordenadora executiva da mesma, e participa, como membro permanente da Câmara Setorial do MAPA, em Brasília” (Entrevistado 23, representante da ANPAQ). Também, conforme o gestor entrevistado do SINDBEBIDAS:

“Temos boa abertura para falar e pleitear ações de defesa e demanda dos setores por nós representados. O Estado tem mantido um relacionamento efetivo com o Sindicato, o que para nós é um grande ganho” (entrevistado 24, representante do SINDBEBIDAS).

Entre os produtores afiliados ou que conhecem a ações dessas organizações, diferentes opiniões se sobressaem. Dentre elas, alguns produtores relataram que se sentem, efetivamente, representados nas instâncias governamentais, e, inclusive, disseram participar ativamente das ações promovidas por essas organizações.

[...]naquela época, na década de 80, era bebida de pobre, marginalizada (a cachaça). Então, Minas saiu com o movimento de valorização da cachaça. Que foi a criação da Associação Mineira, a ANPAQ, que era mineira, hoje é nacional. [...] tem até o Pedro (nome fictício para preservação do anonimato do agente) que é diretor de... é o cara que faz o elo com os políticos lá. (entrevistado 12).

“Sou filiado ao sindicato dos fabricantes de bebidas. Olha! até o ano retrasado, tinha o presidente do sindicato, que eu conheci pessoalmente. Era um cara sensacional. [...] esse cara teve muito influência. Ele batalhou muito. Ele era um cara extremamente interessado” (entrevistado 19).

Por outro lado, ainda que a atuação dessas entidades seja importante para o desenvolvimento do setor, e que os benefícios da associação a elas se apresentem como atrativos significativos para a captação de mais agentes, alguns dos produtores entrevistados (1, 2, 3, 5 e 14) relataram desconhecer (ou conhecer pouco) quaisquer benefícios sobre a afiliação às essas organizações:

“Não tem ações significativas. Não tenho visto nada que ela faz de bom para os associados” (entrevistado 2).

“Nós somos afiliados, ficamos de perto para saber o que vai acontecer, mas falar que eles brigam mesmo para a causa. Digamos, não tá dando aquele valor não. Acho que eles tinham condições de estar tomando mais à frente, comprando mais a briga, correndo mais atrás. Eu acho que ainda não tá... não sei se eles não conseguem, se eles estão travados, mas acho que eles poderiam brigar mais pela causa” (entrevistado 3).

Sobre esses últimos argumentos, ressalta-se que o desconhecimento (ou conhecimento incipiente) dos produtores sobre as entidades representativas (e suas ações) é um indicador de que suas frentes têm, em seu panorama, um extenso trabalho para se estabelecerem como elementos consolidados de referências representacionais do setor em face ao Estado. Como relatado pelo entrevistado 7, é preciso considerar que, muitas vezes, o produtor apresenta-se como um indivíduo “simples”, mas com grande capacidade de representar os valores simbólicos e não-simbólicos da cachaça. Expressa-se, portanto, a

demanda para que vias de comunicação mais robustas sejam estabelecidas entre as frentes representativas e os produtores.

Nesse aspecto, observa-se que, as organizações representativas (e não “oficiais”, como denominada pelos institucionalistas históricos (FIORETOS; FALLETI; SHEINGATE, 2016)) mantêm ações dispostas às mudanças institucionais na conduta do Estado. Contudo, seus movimentos de agência apresentam-se como atividades paulatinas (STREECK; THELEN, 2005), o que leva os produtores a não observarem uma ruptura efetiva acerca do comportamento do Estado no setor.

No mais, fica evidente, em até certo nível, a dissolução da conduta institucional do Estado em relação ao campo da cachaça, o que endossa a perspectiva institucional histórica em suas premissas sobre a capacidade de agência, principalmente, sobre sua abordagem de análise por “entremeios” de atividades tácitas e simbólicas, e ações estratégicas (STEINMO, 2008). Respectivamente representadas pelos movimentos advindos de grupos diversos no campo da cachaça, e a valorização do produto no mercado internacional (ANDRADE et al., 2018; VIDAL; GONÇALVES, 2008).

4.4 – A cachaça entre a marginalização e a legitimação: uma questão ambivalente.

Conforme os estudos de Paiva e Brito (2018), parte dos aspectos constitutivos da lógica institucional do Estado no mercado da cachaça é caracterizado por atividades de preservação da tradição do produto, bem como a criação de condições necessárias para a reprodução social e cultural das organizações produtoras. Entretanto, os discursos dos entrevistados deste estudo convergiram para o entendimento de que o Estado, apesar de mover algumas ações em prol da cachaça, estas ainda se apresenta pouco atuante em relação as demandas do setor, de forma ampla. É indispensável ressaltar que alguns dos entrevistados acreditam que o Estado atua com ações de valorização do produto. Contudo, parte deles as desconhecem ou não se recordam de nenhuma. Como relatado:

“A gente não vê... pode até ter sido, mas a gente não vê (ações efetivas do Estado). Essas documentações, essas coisas que foram soltando, podem até ter ajudado, mas a gente não vê. Pode até ter ajudado, mas a gente não sente, sabe? A gente até nota, mas a gente não sente como algo, assim; tangível”. (Entrevistado 6).

“Eu acho que sim (há ações em prol do setor), mas eu acho que tem tanta coisa que tem que ser feito. [...] é um produto nosso, claro que a cachaça tem que ser valorizada! Mas eles (o corpo estatal) não dão conta nem de verificar o saneamento, então...[...]. [...] acho que é muita conversa, muito foguetório, mas nada de concreto[...]” (entrevistado 15).

Há a constatação de que o Estado valoriza a tradição e a cultura de cachaça, mas que ações efetivas para tais objetivos ainda são percebidas como pequenas, paliativas ou mesmo inexistentes. Ainda que o campo da cachaça, frequentemente (e historicamente), venha buscando meios de estabelecer estratégias sinérgicas com o Estado para a valorização da bebida, observa-se também que o setor propõe ações solitárias para o alcance de seus objetivos.

Estas constatações foram percebidas por meio das entrevistas com os produtores, em conversas informais com agentes do setor, em eventos, como a Expocachaça, e também apareceram na pesquisa documental. Um exemplo sintético, é a edição de número 53, do informativo “Cachaça com Notícias”, em que sobressai o apelo para que agentes do campo movam forças individuais com o intuito de estimular a valorização da cachaça. Conforme a autora da matéria, Guimarães (2018), os esforços para a valorização devem começar no âmbito “doméstico” do setor, o que reforça o propósito para que

agentes do mercado não sejam passivos à espera de ocorrências externas (como as do Estado) para o enfrentamento do preconceito à bebida. Conforme a mesma:

“É dentro de casa que as barreiras do preconceito ainda precisam ser quebradas. Apesar de muitas entidades representativas, como a ANPAQ, muitas marcas, muitos profissionais trabalharem com seriedade para mudar a imagem da bebida, o esforço através de ações voltadas para o público e para o mercado, para a difusão da cultura da cachaça precisa se intensificar[...]. [...]o trabalho de promoção e valorização da cachaça, enquanto nossa bebida típica, com enorme importância sócio-econômica-cultural para nosso País e nossa gente, precisa ser forte e permanente. Se cada um fizer sua parte será mais fácil conquistar o Brasil, pela cachaça.” (GUIMARÃES, 2018).

Ademais, para além dos aspectos simbólicos, a conduta do Estado em relação às ações objetivas também é expressa como insatisfatória pelos produtores. Isto porque, apesar de os produtores reconhecerem que, em até certo nível, houve uma mudança na conduta institucional do Estado, é, praticamente, uníssono entre os mesmos as queixas de que a carga tributária é excessiva, as operações burocráticas para legalização dos estabelecimentos são demasiadamente complexas e laboriosas, e as fiscalizações dos estabelecimentos não são razoáveis às condições dos produtores. Sobre essas questões, conforme relatado pelo entrevistado 3:

“[...] Não pode chegar lacrando o alambique. O pequeno produtor sofre com isso. Tem que dar uma chance para o cara se adequar[...]. Porque ninguém consegue... o processo de adequação no MAPA, ele é muito burocrático, é muito difícil. [...]. E isso não é só aqui. Hoje, se você conversar com outros produtores também, há essa questão. Tanto que têm alguns produtores que estavam tentando registro no MAPA, tentou até trocar de fiscal”. (entrevistado 3).

Ademais, no cerne das ações objetivas do Estado, é imprescindível destacar a ambiguidade do próprio setor da cachaça em suas orientações institucionais. Se, por um lado, há uma gama de produtores formalizados, que se apoiam na qualidade de seus produtos para legitimar a cachaça como patrimônio sociocultural brasileiro; por outro, há uma enorme parcela de produtores descapitalizados e, por isso, inaptos a atender as exigências regulamentares. O que os levam a endossar as práticas e discursos da cachaça como um produto marginal, e a perpetuar tais perspectivas nos âmbitos do Estado e na sociedade como um todo (MORAIS, et al., 2020; CALBINO; BRITO; BRITO, 2021).

Em suma, esses fatores apontam para a complexidade institucional enfrentada pelo campo da cachaça. O setor, quando entendido sob o institucionalismo histórico, demonstra jogos de interesses diversos, inconsistências e assimetrias de poder. Fatores estes que são permeadas por repercussões de ocorrências passadas, entre o próprio campo, e entre o campo e Estado, e que se desnovelam de acordo com os recursos, as conjunturas e as prescrições normativas (STEINMO, 2008).

5 – DISCUSSÕES FINAIS

Este trabalho buscou discutir e esclarecer o comportamento institucional do Estado brasileiro no mercado da cachaça, enfocando esta relação sob seus macros períodos históricos, decorrências e influências atuais no setor. Em suma, como apresentado, entre o período colonial e a Independência brasileira, o Estado, predominantemente, expressou forte opressão ao produto, o que inflamou ações de mudanças institucionais pelo campo da cachaça, apoiados, principalmente, pelos movimentos decolonialistas. Mais ao fim desse íterim, devido à expressão econômica,

o setor da cachaça recebeu alguns incentivos simbólicos do Estado, o que trouxe à bebida, em até certo nível, alguma valorização popular.

A partir da Independência, o Estado seguiu guiado pelos valores das elites e, em meio a tantas transformações estruturais em suas configurações, deu pouca notoriedade ao mercado de cachaça, proporcionando, principalmente, o avolumamento de produtores clandestinos (MORAIS et al., 2020). Por outro lado, o campo da cachaça esteve pouco atuante em suas comunicações com entes governamentais, com discretos movimentos de agência. Tão logo, a própria conduta do setor na manutenção de seu mercado levou seus agentes a criarem atividades para o incentivo comercial e para a construção de estratégias competitivas que precisaram ser endossadas e legitimadas pelo Estado.

Seguidamente, em um terceiro momento, sobretudo a partir de 1990, o setor da cachaça começa a despontar com manifestações mais robustas de mudança institucional, derivadas, sobretudo, pela demanda de definição de regras explícitas para diferenciar bebidas produzidas formalmente e informalmente. Nesse novo momento de “reconstrução da imagem da cachaça”, ressalta-se também sua abertura, efetiva, para o comércio internacional, o que muito incitou ao Estado a criar políticas de valorização.

Todos esses eventos endossam a abordagem do institucionalismo histórico, que pressupõe que agentes se movimentam tanto por normas sociais, quando por interesses econômicos (CHRISTIANSEN; VERDUN, 2020), alterando comportamentos institucionais (EMMENEGGER, 2021), de formas diferentes, de acordo com o contexto e os recursos dispostos no campo (CAPOCCIA, 2015; SUDDABY; FOSTER; MILLS, 2013; STREECK; THELEN, 2005).

Para além destas constatações, é imprescindível se refletir que as relações do setor da cachaça com o Estado, assim como os valores e propósitos do próprio campo, configuram-se por cenários não estáticos, em que disputas, interesses e conflitos estão em frequente atividade. Nesse sentido, muitas demandas ainda surtem do setor para serem negociadas com o Estado, e vice-versa. Principalmente por conta da heterogeneidade do setor da cachaça, entre formais e informais, representados e não representados por entidades, e aptos e inaptos a atender as normas regulamentares, que fomentam diferentes nichos de mercados com simbolismos e significações diversas.

Nesse sentido, ainda que o Estado, em um momento atual, se apresente, em parte, como uma estrutura voltada para a legitimação e valorização do produto para alguns agentes do campo; para outros, o Estado é percebido como um dos mais significativos obstacularizadores da bebida. O torna evidente que linhas de comunicação entre esses dois polos sejam estreitadas, considerando suas especificidades, limitações e possibilidades de acordo mútuo.

Apesar deste trabalho ter tocado em tais questões, seu objetivo generalista não permitiu que questões mais profundas fossem discutidas. Além disto, é preciso considerar diversas limitações. Tais como a propensão investigativa da pesquisa que enfocou a perspectiva de produtores do Sul de Minas Gerais.

Contudo, espera-se que essa pesquisa possa oferecer recursos, tanto para o Estado; quanto para agentes do campo da cachaça, para que atividades de valorização e reconhecimento sejam fomentadas no campo da cachaça, tendo em vista a ainda recente evolução da expressão econômica da bebida no Brasil e no mercado internacional.

REFERÊNCIAS

- AAMODT, Solveig. Environmental ministries as climate policy drivers: Comparing Brazil and India. **The Journal of Environment & Development**, v. 27, n. 4, p. 355-381, 2018.
- ANDRADE, L. P.; et al. Cachaça sob uma Perspectiva Histórica, Cultural Simbólica. **Revista Gestão em Análise**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 184-201, 2018.

BARBOSA, J. L. A. **Engenho de cana-de-açúcar na Paraíba**: por uma sociologia da cachaça. Campina Grande: SciELO-EDUEPB, 2014.

Bardin, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. (2011).

BELL, Stephen. Historical institutionalism and new dimensions of agency: Bankers, institutions and the 2008 financial crisis. **Political studies**, v. 65, n. 3, p. 724-739, 2017.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: um livro sobre a sociologia do conhecimento. 2ed. Lisboa: Dinalivro, 2004.

BRASIL. Decreto nº 4062, de 21 de dezembro de 2001. Define as expressões “cachaça”, “Brasil e “cachaça do Brasil” como indicações geográficas e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 de dez.2001.

CALBINO, D.; BRITO, M. J.; BRITO, V.G. Tradição em disputa: a cachaça artesanal no cenário mineiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 3, p. 750-776, 2021.

CAPOCCIA, G. (2015). Critical junctures and institutional change. In J. Mahoney & K. Thelen (Eds.), *Advances in comparative-historical analysis* (pp. 147–179). Cambridge: Cambridge University Press

CAPOCCIA, G.; KELEMEN, R. D. The study of critical junctures: Theory, narrative, and counterfactuals in historical institutionalism. **World politics**, v. 59, n. 3, p. 341-369, 2007.

CASCUDO, L.C. **Prelúdio da cachaça**. 1.ed. digital. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

CHRISTIANSEN, T.; VERDUN, A. Historical institutionalism in the study of european integration. In: **Oxford Research Encyclopedia of Politics**. 2020.

DIAS, N. C. A Cachaça é nossa: cultura e ideologia na construção da identidade nacional. **Anais Brasileiros de Estudos Turísticos (ABET)**, v. 4, n. 1, p. 35-44, 2014.

DURAND, R.; THORNTON, P. H. Categorizing institutional logics, institutionalizing categories: A review of two literatures. **Academy of Management Annals**, v. 12, n. 2, p. 631-658, 2018.

EMMENEGGER, Patrick. Agency in historical institutionalism: Coalitional work in the creation, maintenance, and change of institutions. **Theory and Society**, v. 50, n. 4, p. 607-626, 2021.

FARRELL, H.; NEWMAN, A. L. Making global markets: Historical institutionalism in international political economy. **Review of International Political Economy**, v. 17, n. 4, p. 609-638, 2010.

FIGUEIREDO, R. **De Marvada a Bendita: a história, a gastronomia e as curiosidades da cachaça, a mais brasileira das bebidas**. São Paulo: Matrix. 2011. 120 p

FIORETOS, Orfeo; FALLETI, Tulia G.; SHEINGATE, Adam. Historical institutionalism in political science. **The Oxford handbook of historical institutionalism**, p. 4-28, 2016.

GUIMARÃES, A.L. Sou da cachaça, sou do Brasil. Cachaça é cultura. Cachaça é Brasil. **Jornal Cachaça com Notícias**. Associação Nacional Dos Produtores e Integrantes da Cadeia Produtiva e de Valor da Cachaça de Alambique (ANPAQ), Belo Horizonte. 2017, nº 53, p.3-5. Disponível em: <https://www.anpaq.com.br/component/content/article/9-jornal/7-53.html>. Acesso em: 15 fev.2022.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary CR. Political Science and the Three Institutionalisms, XLIV. **Political Studies**, v. 936, 1996.

HAVEMAN, H. A.; GUALTIERI, G. Institutional logics. In. ALDAG, R. **The Oxford research encyclopedia of business and management**. New York-NY: Oxford University Press, 2017.

HLADCHENKO, Myroslava; DOBBINS, Michael; JUNGBLUT, Jens. Exploring change and stability in Ukrainian higher education and research: A historical analysis

through multiple critical junctures. **Higher education policy**, v. 33, n. 1, p. 111-133, 2018.

MATHEWSON, D. Historic institutionalism and urban morphology in Jakarta: moving towards building flood resiliency into the formal planning and development system. **Journal of Regional and City Planning**, v. 29, n. 3, p. 188-209, 2018.

MINAS GERAIS. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Lei nº 10853, de 4 de agosto de 1992. Cria o programa mineiro de incentivo à produção de aguardentes - pró-cachaça - e dá outras providências. **Minas Gerais Diário do Executivo**. Belo-Horizonte -MG, 4 ago. 1992.

MORAIS, R; et al. Interruption of informality in artisanal cachaça: an analysis from the perspective of institutional work. **Contextus: Revista Contemporânea de economia e gestão**, v. 18, p. 107-122, 2020.

OLIVEIRA, J.G.S.B.; MARTINS, M.L.S. O Programa Nacional de Certificação da Cachaça: uma Estratégia Política para o Consumo. In: V Encontro Nacional de Estudos do Consumo – ENEC / I Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo, 2010, Rio de Janeiro-RJ. **Anais [...]**. Rio de Janeiro-RJ, 2010. p. 1-13.

PAIVA, A. L.; BRITO, M. J. A Configuração das lógicas institucionais do campo da cachaça de alambique em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n. 4, p. 701-718, 2018.

PETERS, B. G.; PIERRE, J.; KING, D. S. The politics of path dependency: Political conflict in historical institutionalism. **The journal of politics**, v. 67, n. 4, p. 1275-1300, 2005.

SCHOENINGER, V.; COELHO, S. R. M.; SILOCHI, R. M. H. Q. Cadeia Produtiva da Cachaça. **Energ. Agric., Botucatu**, vol. 29, n.4, p.292-300, outubro de dezembro, 2014.

SELZNICK, P. Institucionalism "Old" and "New". **Administrative Science Quarterly**. v. 41, n. 2, p. 270-277, 1996.

SOUZA, R. L. Cachaça, vinho, cerveja: da Colônia ao século XX. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 33, p. 56-75, 2004.

STEINMO, S. Historical institutionalism. **Approaches and methodologies in the social sciences: A pluralist perspective**, p. 118-138, 2008.

STREECK, W.; THELEN, K. **Beyond continuity: Institutional change in advanced political economies**. Oxford University Press, 2005.

SUDDABY, R.; FOSTER, W. M.; MILLS, A. J. Historical institutionalism. **Organizations in time: History, theory, methods**, v. 100, p. 123, 2014.

VIDAL, M. F.; GONCALVES, M. F. Produção de cachaça na área de jurisdição do BNB: mercado e estrutura da cadeia produtiva. In: **XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, 2008, Rio Branco-AC 2008. **Anais[...]**. Rio Branco – AC, 2008.

VIDEIRA, B. Ainda temos preconceito com a cachaça? **Jornal Cachaça com Notícias**. Associação Nacional Dos Produtores e Integrantes da Cadeia Produtiva e de Valor da Cachaça de Alambique (ANPAQ), Belo Horizonte 2018, nº 57, p. 3-5, 2018. Disponível em: www.anpaq.com.br/component/content/article/9-jornal/25-57.html. Acesso em: 10. Jun. 2022.

TAVARES, A. G.; DANTAS, J. P.; NÓBREGA, M. W. R. A cachaça como patrimônio cultural e turístico. **Revista Hospitalidade**, n. 1, p. 387-410, 2015.

TRINDADE, A. G. **Cachaça: um amor brasileiro**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2006.

TSAI, Kellee S. Informal institutions and historical institutionalism. In: **APSA 2014 Annual Meeting Paper**. 2014.